

REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A

CNPJ/MF nº 02.913.444/0015-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração da Rede Sol Fuel Distribuidora S.A. apresenta as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com a legislação societária vigente e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Desempenho no Exercício:** No exercício de 2025, a Companhia registrou: **• Receita Bruta de Combustíveis:** R\$ 1.195.547 (mil); **• EBITDA:** R\$ 37.058 (mil). Os principais indicadores econômico-financeiros evidenciam fortalecimento da estrutura patrimonial e redução do endividamento: **• Liquidez Corrente:** 5,45 (3,36 em 2024); **• Liquidez Geral:** 3,17 (2,31 em 2024); **• Solvência Geral:** 5,28 (3,92 em 2024); **• Endividamento Geral:** 0,19 (0,26 em 2024);

• Grau de Endividamento: 0,40 (0,92 em 2024). Os resultados refletem a estratégia voltada à eficiência operacional, disciplina financeira e fortalecimento das relações comerciais. **Fato Relevante:** No exercício, a Companhia foi mencionada no âmbito da denominada Operação "Carbono Oculto", conduzida por autoridades públicas. A Administração esclarece que a Rede Sol Fuel Distribuidora S.A.: **• Não** figura como investigada por prática de ilícitos; **• Não** sofreu imputação formal de irregularidades; **• Mantém** regularidade fiscal e conformidade regulatória; **• Possui** operações devidamente registradas e lastreadas documentalmente. Com base nas informações disponíveis, a Administração entende que o referido procedimento não produz im-

pactos patrimoniais, financeiros ou operacionais para a Companhia. **Perspectivas:** Para 2026, projeta-se crescimento moderado da demanda por combustíveis no mercado brasileiro, em ambiente ainda marcado por volatilidade de preços internacionais, alterações tributárias e maior rigor regulatório. A Companhia seguirá direcionando esforços ao fortalecimento da governança, compliance, eficiência operacional e gestão de riscos, mantendo estrutura financeira sólida e adequada ao cenário setorial. **Considerações Finais:** A Administração reafirma seu compromisso com a transparência, conformidade legal e geração sustentável de valor aos acionistas. Ribeirão Preto-SP, 11 de fevereiro de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024	2025	2024
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Ativo circulante	128.203	127.801	Passivo circulante	53.493
Caixa e equivalentes de caixa	14.384	3.729	Fornecedores	2.505
Contas a receber	61.879	57.178	Empréstimos e financiamentos	46.456
Estoques	25.443	35.575	Obrigações tributárias	452
Tributos a recuperar	10.874	11.404	Parcelamentos tributários	984
Adiantamentos	15.397	19.282	Obrigações trabalhistas	1.798
Outros ativos	226	633	Adiantamentos de clientes	1.298
Ativo não circulante	104.762	109.932	Outras contas a pagar	-
Depósitos judiciais	2.873	2.623	Passivo não circulante	70.387
Partes relacionadas	521	1.526	Empréstimos e financiamentos	55.952
Impostos diferidos	3.997	3.997	Parcelamentos tributários	410
Tributos a recuperar	3.337	3.333	Adiantamentos de clientes	12.694
Outros ativos	978	991	Impostos diferidos	1.331
Direito de uso de arrendamento	-	-	Patrimônio líquido	109.085
Imobilizado	93.056	97.462	Capital social	105.592
			Reserva legal	863
			Ajustes de avaliação patrimonial	2.630
Total do ativo	232.965	237.733	Total do passivo e patrimônio líquido	232.965

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS

	2025	2024
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)		
Receita operacional líquida	1.165.301	1.415.797
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.053.505)	(1.300.717)
Lucro bruto	111.796	115.080
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas gerais	(16.092)	(19.327)
Despesas vendas	(7.736)	(5.497)
Despesas frota	(37.766)	(38.021)
Despesas operações	(16.996)	(27.071)
Despesas tributárias	(1.190)	(1.514)
Despesas depreciação	(10.880)	(10.317)
Outras receitas e despesas operacionais	5.042	15.012
	(85.618)	(86.735)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	26.178	28.345
Resultado financeiro	(20.874)	(30.716)
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	5.304	(2.371)
Imposto sobre resultado corrente	(1.566)	(2.479)
Imposto sobre resultado diferido	63	-
Resultado líquido do exercício	3.811	(4.850)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva para expansão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.361	1.916	4.414	2.839	-	70.530
Realização custo atribuído	-	-	-	(229)	229	-
Realização tributos diferidos	-	-	-	68	(104)	(36)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(4.850)	(4.850)
Reversão reserva para expansão	-	-	(4.414)	-	4.414	-
Reversão reserva legal	-	(311)	-	-	311	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.361	1.605	-	2.678	-	65.644
Aumento de capital	44.231	-	-	-	-	44.231
Realização custo atribuído	-	-	-	(116)	67	(49)
Realização tributos diferidos	-	-	-	68	(68)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	3.811	3.811
Dividendos distribuídos	-	(742)	-	-	(3.810)	(4.552)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	105.592	863	-	2.630	-	109.085

NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)

Contexto operacional. 1.1. Atividades operacionais: A Rede Sol Fuel Distribuidora S/A (Companhia) atua preponderantemente no ramo de comércio, transporte e distribuição no atacado de álcool carburante, gasolina automotiva, óleo diesel, biodiesel, querosene, gasolina para aviação, óleos combustíveis de altos e baixos teores de enxofre e viscosidade, óleos lubrificantes automotivos e industriais, graxas, óleo queimado e demais derivados de petróleo, exceto a atividade de transporte revendedor retalhista. A Companhia foi constituída em 30/11/1998, como Rede Sol Fuel Distribuidora Ltda e transformada em sociedade anônima de capital fechado em 2/5/2011 com sua sede localizada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. **1.2. Atuação geográfica:** Em 31/12/2025 a Companhia possui 12 (doze) filiais nas seguintes localidades: São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Maranhão, Tocantins e Pará. Além das localidades mencionadas acima a Companhia possui permissões para atuar no estado do Rio Grande do Sul, Amapá, e no Distrito Federal. Para o combustível de aviação possui a permissão para atuar em todo o território nacional e internacional. A Companhia também conta com 25 (vinte e cinco) áreas concessionárias para o armazenamento de combustíveis. **2. Bases de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09) e estão de acordo com os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis em 4/2/2026. **2.1. Base de mensuração:** Na elaboração das demonstrações contábeis foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia, é o real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação. **3. Principais políticas contábeis.** As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas. Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes. **a) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, considerando razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação são: **• Perdas de crédito esperadas;** **• Vida útil dos ativos imobilizado e intangível;** **• Impairment de ativo imobilizado e intangível;** **• Imposto de renda e contribuição social diferidos;** **• Processos judiciais, administrativos e contingências;** e **• Provisão para créditos de descarbonização.** **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **c) Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão mensuradas ao custo amortizado. As contas a receber, que não atendem ao critério de recebimento de principal e juros, são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia reconhece o ajuste a valor presente, destacando-se as vendas com prazo de recebimento acima de 30 dias, sendo os juros embutidos nos preços aos clientes deduzidos da receita. Os valores antecipados dessas vendas a prazo são desconsiderados do contas a receber da Companhia. Perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. **d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa:** As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas. O valor das perdas é apurado por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica e considerando os segmentos operacionais dos clientes. **e) Estoques:** O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais. Os estoques de derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas. Os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição. Todos os ajustes de temperatura e variações apontadas de cargas e descargas estão demonstrados nas contas do resultado. **f) Tributos ativos e passivos correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios

corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g) Tributos diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: **• Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;** e **• Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.** Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: **• Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal);** e **• Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.** O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações contábeis e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção resultante das medidas de redução da emissão de gás carbônico. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. **h) Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais. O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e bases de distribuição de combustíveis. A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. As instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciadas pelo prazo dos contratos celebrados com os clientes. As taxas das depreciações praticadas pela Companhia são: **• Edificações:** 4% ao ano; **• Máquinas equipamentos:** 10% ao ano; **• Equipamentos de informática:** 20% ao ano; **• Veículos:** 20% ao ano. A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação são revisados anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis. Em 2025, a Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos imobilizados, tendo como base a avaliação da administração, e não foi identificado alteração na vida útil de seus ativos fixos. **i) Intangível:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os Créditos de Descarbonização (CBIOS) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível e não são amortizados. Estes ativos podem ser negociados e são utilizados para a liquidação da provisão de CBIOS constituída. **j) Direito de uso:** A Companhia reconhece o ativo de direito de uso na data de início do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que com-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	3.811	(4.850)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	3.811	(4.850)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Resultado do exercício	3.811	(4.850)
Ajustes para reconciliar		
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	(5.557)	715
Depreciações ativo imobilizado	10.880	10.483
Juros provisionados de empréstimos	5.094	6.673
Custo residual dos bens do ativo imobilizado baixado	2.047	623
Resultado do exercício ajustado	16.275	9.644
Contas a receber de clientes	856	(5.230)
Estoques	10.132	6.109
Tributos a recuperar	530	(2.581)
Adiantamentos	3.885	(13.821)
Depósitos judiciais	(250)	(354)
Tributos a recuperar	(2)	3.333
Outros ativos	420	(1.485)
Fornecedores	(14.283)	12.873
Obrigações trabalhistas	(79)	399
Obrigações tributárias	(257)	323
Parcelamentos tributários	(814)	(5.282)
Adiantamentos de clientes	(2.667)	(4.588)
Outras contas a pagar	(3.220)	(6.607)
Caixa gerado (aplicado nas) pelas ativ. operacionais	10.526	(13.933)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado	(8.521)	(25.499)
Baixa intangível	-	6
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(8.521)	(25.493)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos financiamentos	(31.983)	37.136
Partes relacionadas	954	(626)
Baixa de arrendamentos	-	595
Dividendos	(4.552)	(9.656)
Aumento de capital	44.231	-
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	8.650	27.449
Aumento (redução) do saldo de caixa e equiv. de caixa	10.655	(11.977)
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial	3.729	15.706
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final	14.384	3.729
Aumento (redução) do saldo de caixa e equiv. de caixa	10.655	(11.977)

prende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento ou durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento. **k) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. **l) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso. Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados. Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **m) Reconhecimento da receita:** A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia os bens ou serviços prometidos em contrato e identifica como obrigação de Performance cada promessa de transferir ao cliente: **• Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto;** ou **• Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.** **• A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita à obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo. A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual espera ser trocada as transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e bonificações por desempenho. A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos. **n) Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constituintalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.**

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMPLETAS ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO DOS SENHORES ACIONISTAS E INTERESSADOS NA SEDE SOCIAL DA EMPRESA E TAMBÉM NO SITE <https://grupodesol.com.br/>

DIRETOR ADMINISTRATIVO - Valdemar de Bortoli Junior; CONTADOR - Odecio Tadeu Fernandes - CRC: 1SP195701/O-8

RELATÓRIO AUDITORES INDEPENDENTES: As demonstrações contábeis da Rede Sol Fuel Distribuidora S.A., foram examinadas pela CND Conaude - Auditores Independentes S.S., CNPJ nº. 04.872.241/0001-81 que emitiram relatório sem modificação na opinião com data de 04 de fevereiro de 2026. CND CONAUDE – AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - CRC 2SP022311/O-8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>